

GENEALOGIA INTELECTUAL OU MITO DE ORIGEM?
RONALD DE CARVALHO E A HISTÓRIA LITERÁRIA
DO ENSAIO AO CLÁSSICO

A análise da Pequena História da Literatura Brasileira (1919), de Ronald de Carvalho, revela a complexidade das operações efetuadas para unificar um corpus literário e atribuir a este um sentido nacional. Mas se o texto é eficaz neste processo, vamos mostrar que isso não basta para explicar o sucesso e a consagração da obra como ensaio de referência e clássico escolar, ou os seus usos e percepções pelos leitores. Intervêm nesse processo, de um lado, a trajetória de seu autor (estratégias profissionais, de escrita, de publicação, de consagração) e, de outro, a história do livro em si (formatação do livro, reedições, adaptações sucessivas aos diferentes usos em diferentes esferas de circulação).

Palavras-chave: história da literatura brasileira; crítica literária; Ronald de Carvalho; internacional; clássicos; ensaio; consagração.

* Mestre de Conferências na Universidade de Caen – Basse Normandie (UCBN – França) –, desde 2007. Doutor em Sociologia pela EHESS (2005). Tem lecionado história social e sociologia das mídias na Universidade de Caen e coordena um seminário juntamente com Afrânio Garcia Jr. na EHESS, intitulado: “Le lien national face à la mondialisation des échanges culturels”. Publicou “Le goût de ces choses bien à nous: La valorisation de la samba comme emblème national (Brésil, années 1920-1940)”, Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 181-182, mar. 2010, p. 126-141.

INTRODUÇÃO: UM OPERADOR LÓGICO DE CLASSIFICAÇÃO

Pelo seu próprio formato, os panoramas, quadros e alegorias nacionais, mesmo quando referidos a áreas muito específicas, elaboram, retoricamente, formas de “continuidade nacional” e contribuem para a produção, cognitivamente, de uma essência nacional. As histórias da literatura fazem parte desses panoramas. Elas não só contribuem para a formação do *corpus* literário nacional (os patrimônios literários de cada país), mas constroem e difundem modalidades específicas de percepção das obras de arte e da cultura em geral. Estes livros constituem verdadeiros sistemas classificatórios: períodos, estilos e gêneros literários articulam-se com uma hierarquização dos autores e das obras selecionados. Em certos casos, como no do Brasil, a instauração de uma tradição desta prática letrada contribui igualmente à profunda reforma das representações cosmogônicas: ela constitui um dispositivo retórico que permite superar o estudo das raças, então dominante, para afirmar um culturalismo nacionalista. Uma das razões, provavelmente, pelas quais este gênero teve, no Brasil, notável sucesso.

Ao unificar um conjunto de obras sob a categoria única de “literatura nacional”, esse tipo de livro elabora, ao lado de antologias e manuais literários, o cânone de textos e autores fundamentais (um panteão literário). Eles garantem a autenticidade histórica e o valor normativo – ao mesmo tempo estético e ideológico – desses autores e textos (cf. WERNER; ESPAGNE, 1994). Fundam, em contrapartida, a legitimidade da literatura nacional. A literatura é apresentada neles como a expressão de uma essência nacional que atravessa um povo de ponta a ponta (e não só a sua elite letrada), desde as origens mais longínquas até sua plena realização no período contemporâneo. Desta maneira, a historiografia de uma literatura nacional tem por tarefa estabelecer continuidades temporais, espaciais e sociais internas, como também fronteiras (o que implica relações) que a distinguem das outras literaturas. Ela se constrói, em geral, à imagem da história de uma vida ou de um organismo, com suas fases de gestação, nascimento, maturação e, mesmo, envelhecimento, que desemboca em um diagnóstico do presente.

Tais características – que permitem traçar os contornos de um verdadeiro “gênero literário” – estão intimamente vinculadas às situações históricas e sociais nas quais são definidas. Na verdade, o passado é reconstruído, em cada estado do presente, em função das posições sociais. Partindo da análise do conteúdo e da forma de um desses livros – a *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho, publicada em 1919 –, procuraremos reconstituir o que estava em jogo em sua concepção (escrita e publicação) para entender os usos que puderam ser feitos dele e o sucesso

editorial que foi. A exposição das condições de produção dessa obra (o que estava em jogo para seu autor), bem como da sua trajetória editorial (reedições, revisões, reformatações, acumulações de paratextos), mostrarão como esse mesmo livro pôde inserir-se em sucessivas dinâmicas sociais e definir usos e esferas de circulação diferentes.

Para melhor apreender as decisões que Ronald de Carvalho teve de tomar, devemos explicitar rapidamente a gênese desse gênero literário no Brasil – uma “tradição” que conta com mais de sessenta obras publicadas desde o começo do século XIX. De fato, principalmente após a Independência do Brasil, em 1822, começam a ser pensadas as questões da nacionalidade brasileira por meio da sua produção letrada. As orientações indianistas dos escritores românticos, representados, entre outros, por Antônio Gonçalves Dias e José de Alencar, testemunham isso. A crítica literária integra, a partir de 1843 (RIBEIRO, 1843), essa questão e procura construir modelos unificadores para apreender a literatura produzida no Brasil tanto por seus contemporâneos quanto por seus predecessores.

Enquanto começam a se instaurar dispositivos totalizadores do conhecimento do Brasil (fundação de um Instituto Histórico e Geográfico, pesquisas etnográficas e folclóricas, compilação de cantos e lendas indígenas etc...), homens de letras, como Francisco Adolfo de Varnhagen, dão continuidade ao processo de investigação do nacional na área da literatura, realizando pesquisas de arquivo. O *Florilégio da Literatura Brasileira* (VARNHAGEN, 1850) reúne textos antológicos, muitos inéditos, e biografias, ampliando assim o *corpus* dos escritos nacionais e preparando a matéria-prima da história da literatura brasileira posterior.

Mas é principalmente a partir dos anos 1880 que o processo de construção nacional se amplifica. Após os conflitos entre a oligarquia açucareira e escravocrata do Norte e a elite cafeicultora do Sudeste, a abolição do regime monarquista e da escravidão (1888) abre espaço para a República, proclamada em 1889 e laicizada em 1890. A unidade nacional não pôde mais ser pensada com referência à Coroa ou à unidade cultural de uma elite branca, no contexto do racismo científico que caracterizou o final do século XIX. Compreendemos então facilmente o reforço da função ideológica dos homens de letras ocorrido naquele momento. Esta necessidade talvez explique a cristalização, precoce no Brasil, de um pensamento culturalista, que permitia desdramatizar o futuro de um povo mestiço, e colocava progressivamente, a partir dos anos 1920-1930, os destinos da nacionalidade nas mãos de intelectuais, artistas e educadores.

Neste preciso momento, crucial para a história política do Brasil, é publicada a obra considerada depois como fundadora de uma historiografia

literária no país. Publicada em 1888,¹ a *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero, comporta, em sua introdução, amplos desenvolvimentos sobre a abolição da escravatura e elabora as chaves de uma interpretação culturalista da mestiçagem (o mito das três raças fundadoras), que caracterizarão o pensamento social brasileiro ulterior. Se essa obra contribui, além disso, para a formalização de diversas disciplinas “brasilianistas” (etnografia, sociologia e folclore), ela constitui, antes de tudo, o ponto inicial de uma “tradição” da historiografia literária, para a qual define métodos, um princípio de estruturação interna das obras e, mesmo, os potenciais usos sociais delas.

A polêmica que opôs Silvio Romero a José Verissimo² estruturará, de maneira durável, este campo de estudos em duas linhagens teóricas: “esteticante” e “sociologizante” (com patronos respectivos, Verissimo e Romero) (cf. MARTINS, 1952). Embora constitua um campo de estudo e de negociação dos esquemas de percepção dos objetos culturais nacionais no âmbito da elite erudita, a história literária assume, na virada do século, ao se articular ao sistema de ensino,³ uma missão de instrução cívica, a fim de transmitir o conhecimento de um patrimônio comum e alimentar o sentimento nacional da população. Mas, naquele momento, o acesso altamente restrito ao sistema escolar não nos permite considerar que esta evangelização nacional por meio da literatura tenha atingido contingentes importantes da população.

UMA PEQUENA CONSTRUÇÃO DA LITERATURA NACIONAL

A *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho, é publicada pela primeira vez em 1919. Mesmo em formato de obra de síntese ou de ensaio relativamente curto e leve, teve uma posteridade notável, se considerarmos suas numerosas reedições (mais de 14 até nossos dias, sem contar as traduções). As modificações sucessivas que foram feitas no texto, os julgamentos emitidos nos paratextos acrescentados de uma edição a outra, sua promoção por políticas do livro contribuíram para tornar a obra um clássico da historiografia da literatura. E, de fato, ela integrou bibliografias, programas de ensino e coleções prestigiosas de estudos brasileiros, ao lado das obras de Romero e Verissimo.

¹ Fragmentos programáticos deste texto são publicados em 1881 e 1882.

² Sobre a polêmica, ver o panfleto “Zeverissimações ineptas da crítica”, escrito em 1916 por Silvio Romero contra José Verissimo (cf. VENTURA, 1991; RIVRON, 2004) e a análise das polémicas literárias por Roberto Ventura (1991).

³ Logo na sua publicação, a *História da Literatura Brasileira*, de Romero, integra o programa do Colégio Dom Pedro II (Rio), o qual dominava o sistema escolar brasileiro. Romero e João Ribeiro escreveram também obras especialmente adaptadas às escolas primárias.

A análise da obra mostra como a economia interna do texto opera no sentido da naturalização de um sistema de percepção de objetos culturais constituídos em *corpus* (o cânone literário nacional). Aliando esta primeira abordagem a uma sociogênese da obra e à consideração de seus modos de divulgação, poderemos esclarecer o que está socialmente em jogo na escrita desse tipo de obra, assim como as dinâmicas de consagração que a conduziram do ensaio literário aos estudos sociais e ao clássico escolar.

Ao se inscrever na tradição da crítica literária fundada na oposição entre Silvio Romero e José Verissimo (do qual reivindica mais explicitamente a filiação), Ronald de Carvalho constrói aqui a “literatura brasileira” como uma totalidade unificada e organizada desde os primórdios da colonização portuguesa. Sua descrição histórica constitui um sistema classificatório que hierarquiza autores e obras, segundo uma periodização que faz corresponder as “épocas literárias” a momentos políticos. São três partes da obra, assim apresentadas: “1^a) período de formação, quando era absoluto o domínio do pensamento português (1500-1750); 2^a) período de transformação, quando os poetas da escola mineira começaram a neutralizar, ainda que timidamente, os efeitos da influência lusitana (1750-1830); 3^a) período autônomo, quando os românticos e os naturalistas trouxeram para nossa literatura novas correntes europeias (de 1830 em diante)”.⁴ Ele se apropria assim das categorias propostas por Silvio Romero, diferindo unicamente quanto ao período posterior a 1830, que ele engloba numa só parte, na qual estabelece uma relação nova entre correntes literárias europeias e literatura nacional. Essa última parte sugere que a autonomia da literatura brasileira foi enfim conquistada. A partir desse momento, o vínculo exclusivo de submissão a Portugal fora finalmente desfeito.

Apesar de funcionar como um catálogo, uma antologia comentada e classificada por ordem cronológica, que obedece a uma periodização explícita, a *Pequena História* de Ronald de Carvalho consegue apresentar como naturais e a-históricos os objetos que estuda: “literatura” e “nação”. Veremos que isso consta dos modos de tratamento geral do *corpus*, mas, antes disso, do dispositivo teórico e retórico que enquadra este sistema.

Em uma espécie de preâmbulo cosmogônico, que constitui uma das marcas desse tipo de exercício literário, a introdução e os dois primeiros capítulos da obra explicitam sua concepção de nação. Esta se articula a partir de noções-chave em conformidade com o modelo europeu de formação das culturas nacionais, simplesmente adaptadas para servir a sua intenção de valorizar a autenticidade e a positividade da nação brasileira. Essas noções são, principalmente, as de meio ambiente (ou natural), povo,

⁴ Carvalho (1919-1984, p. 54). A numeração de páginas neste artigo corresponde à 13^a edição.

raça, caráter, língua, tradição e folclore – categorias que se articulam de diferentes maneiras e chegam, por vezes, a se sobrepor ou a se confundir.

As surpreendentes seis primeiras páginas da introdução (uma espécie de “loucura crítica”, na expressão de Antonio Candido⁵) evocam o mito da Atlântida. Trata-se da tentativa de fundamentar a ideia de Brasil, além das perspectivas históricas, para ancorá-la no imaginário da Antiguidade, ao lado das nações europeias inventadas no século XIX. A parábola da Atlântida – ilha civilizada da Antiguidade, desaparecida sob as águas e da qual se espera o ressurgimento – põe também em ação o esquema central que articula as continuidades literárias e nacionais às descontinuidades históricas: a ideia de “emergência” de uma nacionalidade brasileira submersa até a Independência e que iria se revelando pouco a pouco. É pela mesma lógica do enraizamento da literatura em mitos de origem nacionais que a referência a uma hipotética raça “Brasílio-guarani” inscreve as populações indígenas numa nação a-histórica, da qual poderiam ser os heróis fundadores (como para os indianistas românticos do século XIX).

Seguindo, um após o outro, os itens da *checklist* identitária descrita por Orvar Löfgren,⁶ o autor dá uma volta pela “poesia e lendas populares no Brasil” (CARVALHO, 1919-1984, cap. 2), nas quais a cultura popular oral não é diretamente assimilada à literatura (apesar da ambiguidade), mas desempenha o papel de húmus fertilizante. Esse capítulo revela sua concepção organicista da nação como “povo” submetido à influência do meio ambiente e cuja expressão mais legítima se encarnaria no patrimônio literário, a “alma da nação”: “A verdadeira poesia nasce da boca do povo, como a planta do solo agreste e virgem. É ele o grande criador, sincero e espontâneo, das epopeias nacionais, aquele que inspira os artistas, anima os guerreiros e dirige os destinos da pátria” (CARVALHO, 1919-1984, p. 57).

O argumento da cultura popular permite-lhe também pôr de lado o problema linguístico: se o português permite definir linguisticamente as fronteiras do Brasil no continente americano, não permite a diferenciação com a antiga metrópole. A autonomia linguística do Brasil em relação a Portugal se reconhece então na prática popular – em seu sotaque, sua sintaxe, seu vocabulário.

Esta concepção do povo e da nação como organismo biológico é próxima do evolucionismo americano spenceriano: seguindo os passos de Silvio

⁵ Entrevista com o crítico em 22/11/1999.

⁶ Ao focar a dimensão transnacional das construções identitárias, Löfgren (1989) constata que as diferentes culturas nacionais se constroem seguindo um modelo constituído de elementos comuns (daí a metáfora da *checklist* e do *kit do-it-yourself*): toda cultura nacional legítima deveria fundar-se, entre outras coisas, numa língua, numa cultura popular (folclore), em paisagens típicas, em um caráter e uma história literária (incluídos nesta, muitas vezes, os cantos e as lendas populares, ou, ainda, as epopeias étnicas redescobertas).

Romero, Ronald de Carvalho refuta os argumentos de Buckle, Chamberlain, Vacher de Lapouge e Gustave Le Bon. Ele enuncia uma concepção de nação como “raça histórica”, oriunda da mestiçagem “transoceânica” de três elementos fundadores (o índio, o africano e o português), adaptados ao meio natural brasileiro. A raça e o povo manifestam a especificidade do caráter nacional que, supostamente, se expressaria desde o folclore até as belas letras. O caráter brasileiro seria uma expressão direta dessa raça e, em consequência, da fusão dos caracteres de seus três componentes: “O brasileiro é naturalmente triste, porque tristes são as três raças que contribuíram para a sua formação. O português é nostálgico [...]; o africano é abatido [...]; o índio é um sofredor [...]” (CARVALHO, 1919-1984, p. 58).

A seleção, apresentação e avaliação dos autores e das obras não decorrem de uma metodologia claramente explicitada. Mas a leitura do livro nos mostra que existe certa sistematização no tratamento das informações. Os critérios que definem e estruturam o “*corpus* literário nacional” – além do estágio de consagração dos autores/obras no momento em que Ronald escreve – flutuam entre o “nacional potencialmente literário” e o “literário potencialmente nacional”. Se, nos primórdios, literatura brasileira seria aquela escrita por um brasileiro (nascido no Brasil), algumas exceções são feitas para autores difíceis de descartar, como José de Anchieta, com a finalidade de fazer coincidir o período das descobertas com as primeiras manifestações literárias de uma suposta consciência nacional.

Quanto ao que se refere à categoria “literatura”, esta abrange gêneros que, naturalmente, não coincidem de uma época para outra. Essa categoria abarca, no começo do período, todo documento escrito em prosa ou verso: as primeiras tentativas de história da colônia brasileira, relatos de viagem, crônicas, depoimentos e correspondências. Mas o critério se restringe progressivamente, ao levar cada vez mais em conta a função propriamente estética como critério definidor da literatura como um registro à parte. No final da obra, a categoria literatura só inclui gêneros literários formalmente definidos: poesia, ficção (romances, contos), alguns ensaios (para os quais a seleção se faz na base do critério estético e temático), teatro, a eloquência e as diferentes formas de crítica literária.

O terceiro critério é o da representatividade do estado de espírito nacional, dentro do movimento literário que, conforme o autor, melhor caracteriza o momento histórico. Assim, numerosas personalidades, reconhecidas ou não na época, foram excluídas ou relegadas ao segundo plano, quando eram submissas demais ao meio metropolitano, ignorando tudo da realidade brasileira. A seleção se faz, então, na base dos temas desenvolvidos

pelos autores. Só é literatura brasileira aquela que fala do Brasil e nos revela o país.

Quanto aos julgamentos das obras, Ronald de Carvalho também se baseia mais no conteúdo temático do que na forma, para a qual as categorias de apreciação praticamente se limitam à vernaculidade. As temáticas desenvolvidas pelos diferentes autores são julgadas em função da sua adequação ou não à definição de “brasilidade” defendida pelo autor. O que interessa a nosso historiador da literatura é enfatizar o que, numa obra, é representativo de uma época e de um estado do sentimento nacional que ele caracterizou na introdução de cada parte. Os temas aos quais confere importância, desenvolvendo comentários e citações, são as diferentes formas de sentimento nacional, expressas sucessivamente sob a forma nativista, indianista, patriótica e nacionalista. Por vezes, o que apresenta como sentimento nacional é uma simples crítica de um autor à metrópole. Ele jamais leva em conta a possibilidade de um anacronismo da ideia de sentimento nacional. Por exemplo: ao apresentar o contexto do século XVII, afirma: “O sentimento nacionalista, raro e vacilante no século anterior, revigora-se na luta contra os conquistadores estrangeiros [...]” (CARVALHO, 1919-1984, p. 83).

A explicitação dos critérios de avaliação nos permite, também, constatar como a construção retórica do nacional se apoia em modelos e valores consagrados internacionalmente. Para reforçar sua apreciação de um autor, e sempre na perspectiva de “valorizar” a produção nacional no concerto das nações, Ronald de Carvalho repete, muitas vezes, juízos emitidos por grandes críticos ocidentais sobre autores maiores da “cultura universal” ou compara um autor brasileiro a um autor europeu (francês de preferência, para evitar o referente português). Atribui assim a Cláudio Manuel da Costa (p. 144), João Francisco Lisboa (p. 226) e Araripe Junior (p. 266-267) os respectivos lugares que puderam ocupar Ronsard, Montaigne e Taine na história da literatura de outras nações, o que constitui em si uma forma específica de transferência internacional e apropriação de esquemas de percepção.

A análise da obra revela a complexidade das operações efetuadas para unificar um *corpus* literário e atribuir a este um sentido nacional. Mas se, neste sentido, o texto é eficaz, mostraremos que não basta para explicar seu sucesso e sua consagração como ensaio de referência e clássico escolar, nem seus usos e sua percepção pelos leitores. Intervêm, neste processo, de um lado, a trajetória social de seu autor (estratégias de escrita, de publicação, de consagração, decisões socioprofissionais) e, de outro, a própria

história do livro (formatação do livro, reedições, adaptações a diferentes usos em diferentes esferas de circulação).

A DIPLOMACIA LITERÁRIA COMO ENTRONIZAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL

As características da história literária e da trajetória de Ronald de Carvalho⁷ contrastam com as dos historiadores de literatura anteriores. As analogias com as de seus contemporâneos levam-nos aqui a aprofundar a análise do perfil social dos autores de histórias da literatura publicadas entre 1920 e 1940. Podemos supor que a elaboração desse tipo de obra pareceu, para jovens pretendentes à consagração literária, uma estratégia eficaz de entronização no campo da produção intelectual. Ronald de Carvalho, Nelson Werneck Sodré e José Osório de Oliveira, que publicam muito jovens as suas histórias da literatura, tiraram dessas obras precoces e sintéticas um prestígio intelectual imediato e durável. Por outro lado, o jogo particular dos “poetas diplomatas”⁸ justifica a ideia de que existiria uma correlação entre representação diplomática e representação literária da nação. Trata-se de duas dinâmicas características do período 1920-1940, durante o qual, de um lado, a historiografia literária integra os ensaios de *Estudos Brasileiros* e, de outro, a cultura brasileira começa a afirmar-se no palco internacional por intermédio de sua literatura.

Órfão de pai muito cedo, foi o avô materno quem educou Ronald de Carvalho. Ele entrou muito precocemente em contato com as letras brasileiras e estrangeiras (gregas, latinas, francesas e alemãs, principalmente) fartamente representadas na biblioteca desse avô. Seguiu um curso de direito (as faculdades de letras ainda não existiam) e completou seus estudos na Sorbonne (literatura, filosofia e sociologia). Esta permanência na França, prolongada em uma viagem pela Europa, é característica dos jovens brasileiros oriundos dos meios abastados. Desde o século XIX, são muitos os que realizam este “rito iniciático” além-Atlântico, depois do qual é inevitável a entrada na vida profissional ativa.

Apesar de um excelente percurso escolar, coroado por essa estada em Paris – que dota Ronald de um considerável capital escolar, social e de prestígio –,

⁷ Não pudemos localizar os arquivos pessoais de Ronald de Carvalho. Além do trabalho de André Botelho (2005), nossas fontes são, principalmente, de origem biográfica (dicionários e prefácios) e jornalística (revistas literárias e jornais da época). Vale notar a ausência de estudos sobre este autor, que marcou seu tempo por sua participação no movimento modernista, pela sua presença na imprensa nacional e estrangeira e pela escrita desta obra que foi, como veremos, fartamente difundida.

⁸ Vários críticos e historiadores da literatura brasileira estiveram profissionalmente implicados na representação diplomática do Brasil (cf. RIVRON, 2006).

sua trajetória entra em contraste nítido com a dos outros historiadores da literatura, recenseados desde o fim do século XIX.⁹ De fato, ele não postulou em momento algum cargos no ensino secundário ou superior. Suas únicas intervenções na área educativa ou universitária aconteceram de maneira pontual, no estrangeiro, como diplomata ou convidado de honra, para pronunciar conferências sobre o Brasil e sua literatura. Esse perfil excepcional nos leva a nos interrogarmos sobre as condições específicas de produção do literário nacional e sobre a evolução de suas relações com diferentes outros setores sociais (edição, ensino, diplomacia). Com a geração de Ronald de Carvalho, parece que nem a “vocação literária” implica “vocação ao ensino”, nem a divulgação dos esquemas de pensamento no sistema de ensino (no qual a obra de Ronald de Carvalho foi fartamente usada) depende de uma legitimidade acad mica, identificável na retórica ou no referencial teórico inicial do texto, ou mesmo na trajetória do autor.

Poder mos considerar que Ronald de Carvalho, até mais do que seus ilustres predecessores José Verissimo ou Silvio Romero, teve uma autêntica “vocação literária”. Ele alimentou relações contínuas com os meios literários europeus, americanos e brasileiros. Escreveu sobre literatura em revistas e jornais diversos. E produziu obras literárias, definidas aqui no seu sentido restrito: dimensão est tica e inscrição num dos g neros específicos que definem a categoria “literatura” em sua época.

O percurso literário de Ronald começa bem cedo com a publicação de artigos e poemas em algumas revistas e jornais: com 17 anos, começa a colaborar no *Diário de Notícias* de Rui Barbosa; aos 20 anos, publica em Paris sua primeira coletânea de poemas (CARVALHO, 1913); mas é, principalmente, com sua *Pequena História da Literatura Brasileira* e outra coletânea poética, *Poemas e Sonetos*, que começa realmente sua carreira literária. Publicados ao mesmo tempo (1919), ambos recebem o pr mio da Academia Brasileira de Letras (ABL). Trata-se de suas primeiras publicações no Brasil: está com 26 anos, o que faz dele o mais jovem historiador da literatura no Brasil. Considerando a produção ulterior, sua obra se compõe de coletâneas de poemas, ensaios de Estudos Brasileiros e estudos sobre literatura estrangeira.

Tanto pela sua origem social como pelo seu percurso, Ronald de Carvalho se adequa ao perfil dos primeiros modernistas cariocas.¹⁰ Oriundo da elite intelectual e econ mica da capital, experimentou as transformações urbanas e industriais da sociedade brasileira, assim como a confrontação com as vanguardas europeias. Sua trajetória será toda marcada por uma

⁹ Para uma sociologia deste campo de atividade, ver Rivron (2005).

¹⁰ Cf. Miceli (1979; 2003) e Rivron (1996).

oscilação entre uma relativa tentação subversiva, em literatura e em política, e posicionamentos estratégicos conservadores. Falamos aqui de “tentação” subversiva ou revolucionária, porque, apesar de afinidades manifestas com as correntes inovadoras e radicais no plano literário e político, sua produção intelectual só as levou realmente em conta a partir de 1926, na coletânea *Toda a América*, pela qual ele ultrapassa, enfim, o formalismo parnasiano e simbolista de sua poesia.

Sua adesão às vanguardas e ao meio literário seria, talvez, de ordem mundana. Durante sua primeira viagem à Europa, torna-se amigo de Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro e Luís de Montalvor. Participou também da revista *Orfeu*, o que fez com que fosse percebido como um dos precursores do movimento modernista no Brasil. Acolheu depois, em seu domicílio do Humaitá, bairro nobre do Rio de Janeiro, as primeiras reuniões literárias dos futuristas. Nesta casa foi lida, pela primeira vez, a *Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade (1921). Participou ativamente da preparação da Semana de Arte Moderna de São Paulo (fevereiro de 1922) e nela declamou o poema “Os sapos”, de Manuel Bandeira, sob vaias e protestos do público.

Apesar de não ter aderido, ao que parece, a nenhum partido político, mostrou-se, em certos momentos, muito sensível ao Integralismo de Plínio Salgado e travou uma relação afetiva e espiritual com o então chefe intelectual do catolicismo brasileiro, Jackson de Figueiredo. Várias características indicam nele uma personalidade conservadora, mas que sabe se ajustar a novas condições literárias (gêneros e estilos), intelectuais (nacionalismo) e políticas (antes e depois da Revolução de 1930, mantém a mesma proximidade com ministros das Relações Exteriores).

Suas duas primeiras publicações no Brasil recebem, conjuntamente, o prêmio da Academia Brasileira de Letras. E parece que a integração definitiva a esta instituição, que consagra os imortais da literatura nacional, foi um projeto alimentado por Ronald de Carvalho, e que o teria levado a tomar certas disposições.¹¹ Apesar de um atraso no processo, devido justamente à sua identidade modernista (um movimento em conflito com a ABL) e ao seu “apadrinhamento” parisiense por Graça Aranha (pária da ABL), sua relação com a Academia se distende em 1931. Ele é eleito, neste ano, “príncipe dos prosadores” (após, nos anos anteriores, Coelho Neto e Humberto de Campos) por concurso organizado pelo *Diário de Notícias*.

Esta capacidade de conciliar correntes opostas explica, em parte, o sucesso de sua história literária, qualificada, na época, de “impressionista”. Ele sabe apropriar-se dos modelos sociológicos e dos juízos estéticos consagrados,

¹¹ Em 1923, Ronald de Carvalho teria preparado a sua candidatura à ABL, por vias sinuosas. Cf. Diniz (1924).

inscrevendo-se em correntes literárias inovadoras (como posteriormente o faria com o “whitmanismo”), para fundi-los, de maneira sintética, num texto sugestivo e didático. Talvez seja também esta propensão à síntese que explique o fato de ser citado quatro vezes (segundo o seu detrator, Osório Duque Estrada) numa *Antologia da Apropriação dos Pensamentos Alheios*.

Estes dois campos – literário e diplomático – nos quais Ronald de Carvalho evolui simultaneamente, até seu falecimento precoce em 1935, em um acidente de automóvel, parecem autônomos, do mesmo jeito que as posições que adota neles possam parecer independentes. Mas, de fato, esses dois campos de ação convergem numa mesma rede relacional: o meio diplomático no estrangeiro, no qual a elite brasileira, expatriada, se encontra mais concentrada ainda do que no Brasil. Ronald parte com 20 anos (1913) para a Europa. Segue cursos em Paris, na Sorbonne, e vai para Lisboa. De volta ao Rio, em 1914, é nomeado auxiliar na Secretaria do Ministério das Relações Exteriores, onde trabalha com Alceu Amoroso Lima, que conhecera em Paris. A partir deste momento, ele ascende de modo fulgurante na hierarquia interna do Itamaraty: em 1916, é nomeado oficial de terceira ordem; em 1918 (por méritos), de segunda ordem; e, enfim, de primeira ordem, em 1924.

O sucesso desta trajetória curta e bem-sucedida não depende somente de um capital escolar vantajoso. Durante suas estadas na Europa, adquire um capital relacional importante – no meio acadêmico francês, nas vanguardas cosmopolitas, nas elites brasileiras e portuguesas asiladas em Paris – e um capital simbólico então muito prezado no Brasil: uma formação humanista na Sorbonne. A via das relações pessoais tecidas ultramar é, provavelmente, uma chave importante para a compreensão de sua trajetória. Embora sem engajamento político de qualquer natureza, ele inicia, a partir de 1924, uma carreira caracterizada por uma série de cargos políticos, que se prolongará, sem alteração, em pleno tumulto da implantação do regime getulista.

Em 1920, já era auxiliar do gabinete de Rodrigo Otávio, subsecretário de Relações Exteriores, que conhecera durante sua primeira viagem à França; em 1926, torna-se oficial de gabinete do ministro Otávio Mangabeira. Nos primeiros dias da Revolução de 1930, responde pelo Ministério das Relações Exteriores (interinamente, por ordem do general Tasso Fragoso) e é nomeado primeiro secretário na Embaixada de Paris (embaixador Souza Dantas). Em fevereiro de 1934, é promovido ministro plenipotenciário de segunda classe e secretário do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas. Neste mesmo ano, é nomeado chefe da Casa Civil do presidente, ou secretário-geral da Presidência da República, cargo central no dispositivo

da presidência brasileira, que ocupou até a morte. Foi, durante o período, o principal autor dos discursos presidenciais.

Esta posição conquistada nas esferas do poder capacitou, com certeza, Ronald de Carvalho a representar o Brasil no estrangeiro, simultaneamente como diplomata, intelectual e poeta.¹² A dimensão internacional e, especialmente, sua relação com a cultura francesa são temas recorrentes em seus livros e se fazem presentes em parte importante de sua obra. Cinco títulos sobre 13 referem-se diretamente ao internacional e, a partir de 1926 (*Toda a América*), já eram cinco títulos sobre oito. A exploração de temas vinculados à cultura internacional, ao lado de seus *Estudos Brasileiros*, constitui uma das características da obra de Ronald de Carvalho e se traduz até em suas considerações teóricas sobre as esferas de influência cultural transatlânticas. O apelo ao internacional intervém na esfera do reconhecimento nacional e sua promoção na carreira diplomática permite-lhe apresentar-se na esfera intelectual internacional (conferências sobre o Brasil). Reciprocamente, isto lhe possibilita integrar o campo literário e intelectual nacional e nele ser reconhecido por seus contatos diretos com os “grandes da cultura universal”. Seu percurso é impulsionado pelo desenvolvimento destes dois eixos estratégicos que lhe permitiram uma progressão baseada no jogo paralelo entre, de um lado, o nacional e o internacional, e, de outro, o político e o literário.

POSICIONAMENTOS E DESLOCAMENTOS EDITORIAIS: DO ENSAIO AO CLÁSSICO

A trajetória intelectual e profissional de Ronald de Carvalho cobre um período de turbulências e de profundas transformações do sistema político, que desemboca na Revolução de 1930 e anuncia o fim da oligarquia rural no poder e da economia dominada pela agricultura de exportação. O desenvolvimento de uma política pública da cultura (um Ministério da Educação e Saúde é criado, pela primeira vez, em 1932) visava à unificação cultural da nação, apoiando-se em particular sobre intelectuais e educadores.¹³ Com a instauração do Estado Novo em 1937, essa política

¹² Em 1923, foi convidado de honra do México, sendo recebido, em sessão solene, na Academia de Línguas. Pronunciou uma série de conferências sobre o Brasil na Universidad Nacional. Continuou viagem, passando pelos Estados Unidos. Entre 1923 e 1926, foi ao Peru para representar o governo numa comemoração da Batalha de Ayacucho; a Cuba como assistente técnico na conferência de Havana; à França, onde pronunciou conferências na Sorbonne, no Palácio da Justiça e no Collège de France. De 1930 a 1932, foi primeiro secretário da Embaixada em Paris. Em 1932, foi encarregado de negócios na Holanda. Em 1933, passou rapidamente por Paris, antes de voltar ao Rio de Janeiro. Neste período, colaborou ocasionalmente ou como correspondente com diversos jornais da Argentina, México, Peru, Estados Unidos e França.

¹³ Cf. Miceli (1979).

cultural se consolida, dando nascimento, nesse mesmo ano, a instituições culturais variadas, patrimoniais e universitárias, entre outras. A atividade literária e intelectual começa igualmente a estruturar-se nesse período em torno de focos de discussão e de difusão do nacionalismo, constituídos por editoras e órgãos de imprensa.

Este contexto dará novo vigor à “história literária nacional”. Entre 1930 e 1940, oito novas obras desse gênero foram publicadas (duas das quais de autores estrangeiros). As histórias literárias mais consagradas são reeditadas na prestigiosa coleção *Documentos Brasileiros*, da Editora José Olympio.¹⁴ São sete títulos no catálogo, ao lado de outros “clássicos” das ciências sociais sobre a interpretação da nacionalidade brasileira (*brasilianas*). Esta integração da história literária a outros instrumentos acadêmicos de interpretação do Brasil se torna perceptível no plano mesmo do referencial teórico no qual se inscrevem essas obras. Esse referencial evolui no sentido das ciências sociais, como no exemplo de Nelson Werneck Sodré que publica, em 1938, uma *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos* (SODRÉ, 1938).

A contribuição inicial de Silvio Romero fora a de apresentar a historiografia literária no Brasil como uma área de pesquisas por explorar, pertencente a um campo mais amplo de estudos transversais sobre a nacionalidade e que poderia ser delimitado pela noção de “Estudos Brasileiros”, muito usada posteriormente. Esta expressão, utilizada como título ou subtítulo para textos de literatura e de ciências sociais, assim como para institutos e cátedras universitárias – em particular, no estrangeiro –, caracteriza o movimento de “redescoberta do Brasil”, iniciado, na literatura, pelos modernistas e estendido, no decorrer dos anos 1930, ao domínio das ciências sociais em processo de institucionalização. Ronald de Carvalho foi sensível à temática dos “Estudos Brasileiros”: tal é o título de uma série de três livros publicados entre 1924 e 1931.

Dada a evolução das condições de produção da história literária e visto também o sucesso de suas quatro primeiras edições, Ronald de Carvalho fez, em 1935, importantes modificações no seu texto inicial. A atualização intelectual e ideológica de sua história da literatura acontece, principalmente, pelo acréscimo de umas trinta notas de pé de página, além da nova redação do último capítulo. Ao fixar um novo quadro para suas considerações de 1919, ele passa a fazer referência a trabalhos de ciências sociais atuais, como os de Oliveira Vianna ou Paulo Prado, o que permitia integrar a leitura de sua obra a novos métodos e preocupações, bem como entrar

¹⁴ Para uma análise da lógica editorial das coleções nesse período e sua contribuição na construção das categorias “literatura nacional” e clássica”, ver Sorá (1998).

na órbita de diferentes disciplinas das ciências sociais e das humanidades, institucionalizadas a partir da criação das universidades.

A nova versão do último capítulo, de 1935, reflete o interesse do autor em abrir seu texto a novas leituras. Nessa versão, esse capítulo é muito mais bem estruturado, devido ao recuo em relação aos anos 1920, mas introduz categorias que contrastam fortemente com sua introdução. Os movimentos literários do século XX aparecem nele, a partir daí, marcados por um interesse novo pelas questões da nação brasileira. As obras sobre o sertão, de Afonso Arinos, Coelho Neto, Graça Aranha e Euclides da Cunha, são julgadas de maneira muito mais positiva do que na versão anterior do capítulo.¹⁵

O autor reconsidera também a visão determinista e o uso da categoria “raça”, em favor da noção de “povo”. Ele confirma assim que o meio realmente modificou o homem brasileiro, mas que, em contrapartida, o meio foi e será modificado pela ação do homem brasileiro: “Demonstra a ciência moderna que a civilização é uma conquista do homem sobre a natureza. [...] Vencer a natureza pela disciplina da inteligência, eis a primeira lei que a realidade brasileira impõe ao homem moderno.” (CARVALHO, 1919-1984, p. 300-301).

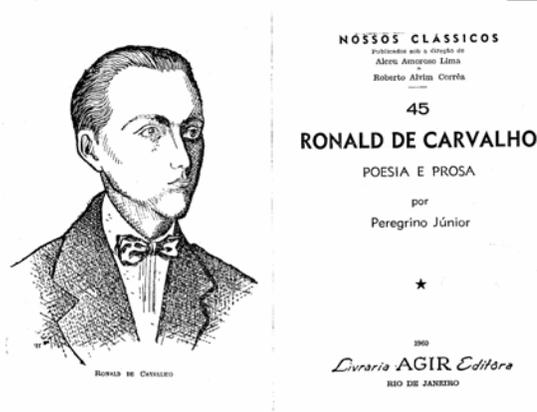
Na apresentação das tendências modernas e na sua revisão da noção do nacional, Ronald de Carvalho leva em conta, o que também é novidade, o *status* e o papel social do artista. Se a singularidade do processo artístico é reconhecida, ele insiste, como os modernistas, na função identitária central do artista, que deve criar uma “arte direita, pura, enraizada profundamente na estrutura nacional, uma arte que fixe todo o nosso tumulto de povo em gestação [...]” (CARVALHO, 1919-1984, p. 304).

O tom desse novo capítulo é muito mais enérgico, quase prometeico, e sua visão, fundamentalmente determinista, é substituída por um voluntarismo implacável. Ao atualizar suas considerações à luz dos esquemas e ideias de modernidade e brasilidade, ele as coloca como objetivos a serem atingidos pela nação e revela, ao mesmo tempo, a responsabilidade de explorador que, por analogia com a função de vanguarda, devem assumir os escritores nesse processo.

A vasta difusão, da qual se beneficiou este livro, visava a uma divulgação do panteão literário em meios sociais muito diversos. Ele próprio foi integrado

¹⁵ Esta nova ênfase nas interpretações literárias do sertão (que correspondem às especulações sobre a formação de um caráter nacional) aparece, por exemplo, na nota n° 48 (p. 83-84, da 13ª edição), na qual ele leva em consideração o movimento de pesquisas em ciências sociais sobre o mundo das plantações, que funda o Nordeste rural como *locus* de formação da nacionalidade. Ver a este respeito Albuquerque Jr. (1999).

aos poucos a diferente *corpus* de “clássicos”¹⁶ que deveriam atingir públicos determinados, em particular escolares e universitários. As transformações do campo da produção intelectual com relação ao político, tal como as apresentamos anteriores, seguem a evolução de sua relação com o sistema educativo e com o “público leitor” em geral. Isto se deveu não só às numerosas reformas e à centralização desse sistema no aparato de Estado, mas também a fenômenos demográficos consideráveis. Enquanto a população se multiplica por quatro entre 1900 e 1960, os números de inscrições no ensino primário e de diplomados no ensino superior multiplicam-se, respectivamente, por 16 e 24 entre 1907 e 1964.¹⁷



Por outro lado, a estruturação do sistema editorial no eixo Rio-São Paulo¹⁸ e a configuração de um mercado nacional do livro contribuem também para a cristalização de uma “literatura nacional” e para a transformação da relação com o leitor. Uma política do livro se organiza com o Instituto Nacional do Livro (INL) (1937). Esta instituição tinha por principal função promover certo tipo de produção intelectual, literária e didática. Mas ela se atribuiu também a função ideológica de guiar o leitor diante de uma produção literária em crescimento exponencial. Liberato Soares Pinto, diretor da seção de bibliotecas do INL, afirmava em 1940: “Não basta orientar o leitor; é preciso criá-lo (porque é, reportando-se ao homem-massa, no sentido que lhe dá Grassset), matéria informe, sem personalidade, presa fácil de todas as influências e incapaz de se orientar [...]” (RIBEIRO, 1943, p. 52).

¹⁶ Para uma análise histórica da construção de clássicos literários e escolares, ver Milo (1989).

¹⁷ Fonte estatística: *Cahiers du Brésil contemporain* (dossiê “Brésil, un siècle de transformations”), Paris, 2000.

¹⁸ Passamos de 209 títulos e 901 mil exemplares publicados em 1920, em São Paulo, para 1.507 títulos e 15.504 mil exemplares em 1950 (cf. HALLEWELL, 1985, p. 238-239, 329).

A literatura, no contexto dos anos 1930-1940, não constitui mais o único índice da existência nacional ou os “arquivos da raça”,¹⁹ mas também um dos fatores de construção da cidadania e da consciência nacional. Os intelectuais se erigem assim em mediadores “entre o povo e a nação”²⁰ e, tal qual profetas de um evangelho político moderno, têm por missão revelar e, no final das contas, construir a nacionalidade.

A política de ajuda, pelo INL, a todo tipo de biblioteca aberta ao público inclui apoio técnico em biblioteconomia, mas também orientação bibliográfica. Toda nova biblioteca foi assim provida, desde a sua criação, de um *corpus* de obras (“as mais representativas da inteligência brasileira, desde os primórdios da era colonial”) (RIBEIRO, 1943, p. 55), dentre as quais contamos duas histórias literárias, modernistas à sua maneira: a de Manuel Bandeira (1940) e a de Ronald de Carvalho. O INL, ao patrocinar a *Pequena História da Literatura Brasileira*, certifica sua importância e estabelece seu estatuto oficial de obra clássica, difundida sistematicamente em numerosas bibliotecas.

Esse livro, dotado, como vimos, de todos os elementos de consagração oficial (tanto pela Academia de Letras quanto pelo INL), virá complementar, no sistema de ensino escolar e superior da literatura, as referências de Silvio Romero e José Verissimo. Em depoimento sobre sua formação literária, Alfredo Bosi afirmou²¹ que uma verdadeira trilogia se impusera no ensino superior paulista, até os anos 1950. Composta das obras “tradicionais” de Romero e Verissimo, incluía também o que acabara se tornando um “clássico”, a *Pequena História da Literatura Brasileira*. Bosi também afirma que, das três,



¹⁹ Conforme o subtítulo de um manual escolar anônimo (*A Literatura Brasileira, arquivos da alma ou da raça*, Francisco Alves, 1930).

²⁰ Pécaut (1989).

²¹ Entrevista com o autor, no IAE-USP, em 6/11/1997. Cf. também Bosi (1974).

esta última era a mais consultada pelos estudantes, pela sua relativa atualidade, sua concisão e seu estilo mais leve.

As estratégias de promoção e de consagração integram cada vez mais – com a estruturação e a racionalização do mercado nacional do livro – o objeto livro. A maneira pela qual o texto foi encenado em diferentes edições certifica, por si mesma, sua qualidade de clássico e veicula certa “autoridade”, que se impõe ao leitor. O estudo dos paratextos nas diversas edições do livro permite-nos assinalar alguns dos mecanismos internos de consagração da obra, assim como as transformações nas modalidades de leitura que ela pressupõe e constrói.



A capa das primeiras edições do livro mencionava “Prêmio da Academia Brasileira de Letras” logo abaixo do título. Sua apresentação e sua avaliação, em prefácio, por acadêmicos anunciados na capa, conferem de imediato à obra e a seu autor um prestígio incontestável: “A *Pequena História da Literatura Brasileira* só é pequena no nome. De fato, é um grande livro” (CARVALHO, 1919-1984, Prefácio).

A multiplicação das atividades do autor no campo literário nacional e internacional, ou mesmo a sua consagração como “príncipe dos prosadores” só podem reforçar a importância dos esquemas de pensamento presentes no texto. As sucessivas edições inscreveram materialmente no livro esta evolução do *status* do autor. O número de paratextos aumentou progressivamente: contracapa; apresentação da obra por Fábio Lucas; “evocação de Ronald de Carvalho” pelo crítico Alceu Amoroso Lima (da ABL e também figura importante das reformas do sistema de ensino); biografia; bibliografia; ilustrações. A capa da 13ª edição evoca diretamente o nativismo de Ronald de Carvalho e sua representação peculiar da nacionalidade literária, ao figurar uma pena de escritor com cores vivas

(como as de araras) e com sementes características dos enfeites indígenas (olho de cabra).

Os paratextos chegam a conferir à obra uma vocação didática negada na primeira edição. A obra editada em 1919 incluía somente o prefácio de Medeiros e Albuquerque, que a recomendava por suas qualidades estilísticas e seus julgamentos literários. Em momento algum é apresentada como ferramenta pedagógica ou didática, sendo justamente diferenciada dos trabalhos feitos, neste domínio, por Coelho Neto e João Ribeiro. Fábio Lucas, na 13ª edição (1984), apresenta a obra como tendo “evidente finalidade didática”. A introdução tardia de retratos de certos autores, na modalidade museológica de “galeria de heróis” (ou panteão), confirma igualmente a função de evangelização nacional conferida a esse gênero literário.

CONCLUSÕES: UMA IMORTALIDADE EFÊMERA

Apesar de essa obra ainda ser reeditada, a áurea intelectual de Ronald de Carvalho no domínio da historiografia literária perdeu seu brilho. Não o contamos mais entre os “fundadores” do gênero, enquanto Romero e Veríssimo são sempre citados nas histórias literárias mais recentes. Sua ausência dos programas de ensino como referência sistemática revela a abertura da história literária a novas dinâmicas. Em consequência do desenvolvimento de uma rede universitária importante e, em particular, com a criação de faculdades de letras (1934), o caráter disciplinar da historiografia literária se reforçou, principalmente a partir da primeira geração de professores de literatura formados nessa nova especialidade. Com dupla filiação disciplinar (sociologia e letras), Antonio Candido representa bem essa geração e proclama, em estudo monográfico sobre Silvio Romero, o fim do ciclo de estudos literários transversais:

Nosso ponto de vista é que a literatura deve momentaneamente abandonar os trabalhos de síntese e de generalização para dedicar-se à enorme tarefa de esclarecer centenas de pontos de detalhe, sem os quais as inferências não passam o estágio de hipóteses extremadamente relativas (CANDIDO, 1963).

Se a produção desse tipo de obra no Brasil não desempenha mais o papel de demonstração da existência de uma literatura e de uma cultura nacionais, ela ainda se insere na lógica patrimonial de estruturação coerente de um *corpus* literário nacional. O fato de, em sua 13ª edição, a *Pequena História da Literatura Brasileira* ser patrocinada não só pelo INL, mas também pela Fundação Pró-Memória, prova isso. Por outro lado, se, pelo fato da

autonomização do campo literário no Brasil, o gênero não pode mais ser simplesmente assimilado aos “Estudos Brasileiros”, mantém-se o caráter consagrador da escrita desse tipo de obra de erudição, embora limitado ao domínio literário.

A historiografia da literatura brasileira aparece, portanto, como uma empresa de construção de sentido e de divulgação dos esquemas de pensamento do nacional. Estratégias teóricas e retóricas de unificação e valorização do *corpus* literário nacional pretendem conferir um caráter natural às categorias e representações arbitrárias que elas impõem a esse *corpus*. A consagração de seus autores e as trajetórias editoriais de suas obras, mobilizadas na construção do quadro de leitura que os paratextos constituem, contribuem para a canonização de “clássicos” utilizados em âmbitos sociais, políticos e culturais diferentes. Esta dimensão propriamente nacional articula-se às diferentes modalidades de transferência internacional de esquemas de pensamento, bem como a formas específicas de acúmulo de saber. A referência a uma “tradição” nacional e internacional da historiografia literária não define apenas, de fato, um modelo operatório de tratamento do “panteão literário”: funda, também, a legitimidade desse *corpus* e dos grupos mais ou menos profissionais que se dedicam a interpretá-lo.

ABSTRACT

The analysis of Ronald de Carvalho's Small history of Brazilian Literature (1919) reveals how complex are the operations done to unify a literary corpus and attribute to it a national signification. But if the text is effective to accomplish it, his work shows that this is not enough to explain the work success and consecration as a reference essay and a classic school text or its uses and perceptions for the readers. In this process interferes, on one hand, the author's path (professional, writing, publication and consecration strategies) and on the other hand, the book's history in itself (book formatting, reeditions and successive adaptations to the different uses in different spheres of circulation).

Keywords: Brazilian literature history; literary critic; Ronald de Carvalho; International; classics; essay; consecration.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Massangana, 1999.

BANDEIRA, Manuel. *Noções de história das literaturas*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

BASTIDE, Roger. *Le prochain et le lointain*. Préface de François Laplantine. [S.l]: L'Harmattan, 1970-2001.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. *Teresa. Revista de Literatura Brasileira*. São Paulo, n. 1, p. 9-47, 2000.

BOTELHO, André. *O Brasil e os dias*: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Cahiers d'histoire des littératures romanes*, v. 1-2, p. 1-10, 1990.

CANDIDO, Antonio. O método crítico de Sílvio Romero. *Boletim da FFCL-USP*, n. 266, São Paulo, 1963. (Série Teoria Literária e Literatura Comparada).

CARVALHO, Ronald de. *Luz gloriosa*. Paris: Crès et Cie, 1913.

_____. *Pequena história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: INL, 1919/1984. Prefácio de Medeiros e Albuquerque.

DINIZ, Almachio. *Delictos da linguagem contra a honra*: direitos da crítica literária. Rio de Janeiro: [S.n], 1924.

GARCIGA JR., Afrânio. O Brasil como representação. *Comunicações do PPGAS*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-40, 1981.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp: T. A. Queiroz, 1985.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

JURT, Joseph. La théorie du champ littéraire et l'internationalisation de la littérature. In: KEUNEN, Bart; EECKHOUT, Bart (Ed.). *Literature and society*: The function of literary sociology in comparative literature. Bruxelles: PIE-Peter Lang, 2001. (Coleção New Comparative Poetics).

LA CIRCULATION INTERNATIONALE DES IDÉES. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris: Seuil, n. 145, dez. 2002.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.

LÖFGREN, Orvar. The nationalization of culture. *Ethnologica Europea*, v. 1, n. 29, p. 5-25, 1989.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979.

_____. *Nacional estrangeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MILO, Daniel. Les classiques scolaires. In: NORA, Pierre (Ed.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, v. 3, p. 517-562, 1986. (Coleção Bibliothèque Illustrée des Histoires”).

Noiriel, Gérard. L' Univers historique, une collection d'histoire à travers son paratexte (1970-1993). In : _____. *Sur la “crise” de l' histoire*. Paris: Belin, 1996.

OLIVEIRA, José Osório de. *História breve da literatura brasileira*. Lisboa: Inquérito, 1939.

Pécaut, Daniel. *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris: Editions de la Maison de Sciences de l'Homme, 1989.

RIBEIRO, A. M. O Instituto Nacional do Livro. *Revista do Serviço Público*, v. 3, ano 6, p. 52, 1943.

RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade na literatura brasileira. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, n.1, p. 7-23, 1843.

RIVRON, Vassili. *L'épopée moderniste, construction d'un imaginaire politique au Brésil (1917-1930)*. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política) – Institut d'études politiques de Grenoble, Grenoble, 1996.

_____. Relecture d'un mythe d'origine: L'opposition entre Sílvio Romero et José Veríssimo, l'histoire de la littérature brésilienne et la construction de la culture nationale. *IRIS-Taíra*, Grenoble, p. 289-310, 2004.

_____. *Enracinement de la littérature et anoblissement de la musique populaire: étude comparée de deux modalités de construction culturelle du Brésil (1888-1964)*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – L'École de hautes études em sciences sociales, Paris, 2005.

_____. Representação da arte e arte da representação: reflexos de dois poetas-diplomatas na historiografia literária do Brasil. *Pró-Posições*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 15-35, 2006.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1938.

SORÁ, Gustavo. *A Casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. (Coleção Brasilianas)

_____. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Zorzal, 2003.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999.

VARNHAGEN, F. A. *Florilégio da literatura brasileira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia. Aillaud et Bertrand, 1916.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o Paraíso, a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

WERNER, Michaël. Histoire littéraire contre 'Literaturgeschichte': la genèse d'une vision historique de la littérature en France et en Allemagne pendant la première moitié du XIXe siècle. *Genèses*, n. 14, p. 4-26, 1994.

_____. ESPAGNE, Michel. *Philologiques III: Qu'est-ce qu'une littérature nationale? Approches pour une théorie interculturelle du champ littéraire*. Paris: MSH, 1994.

